

CURSO: Serviço Social

TÍTULO do Projeto de Pesquisa:

Memória Social e Prisão: reflexões sobre as políticas públicas no âmbito da execução penal.

TÍTULO do Plano de Estudo do Discente

SERVIÇO SOCIAL E PRISÃO: os limites e as possibilidades do trabalho do assistente social no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Lobelia da Silva Faceira

Candidato a Bolsa de Iniciação Científica: Rosana Cristina Franklin da Silva

Rio de Janeiro – RJ
Fevereiro / 2017

PLANO DE ESTUDO
(Máximo de 8 páginas)

1. Principais Objetivos

O presente plano de estudo está articulado a pesquisa intitulada *Memória Social e Prisão: Reflexões sobre as políticas públicas no âmbito da execução penal*, que tem a proposta de analisar a prisão como esfera de produção e reprodução da estrutura social no âmbito da sociedade capitalista, considerando que as mesmas reproduzem o contexto contraditório da própria sociedade.

A Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – denominada como Lei de Execuções Penais (LEP) - normatiza os direitos e deveres dos presos, prevendo a concessão de benefícios e punições no processo de cumprimento da pena. Para tanto, a legislação estabelece, no artigo 11, que as formas de assistência aos presos são compostas pelo direito a assistência material, jurídica, religiosa, social, educacional e à saúde. A respectiva Lei (Lei 7.210 de 1984) estabelece que o serviço social tem a função de amparar o preso e seus familiares, atuando na perspectiva de acesso aos direitos e as políticas públicas no âmbito da execução penal.

O plano de estudo tem como objetivo analisar os limites e as possibilidades do trabalho desenvolvido pelo serviço social dentro do sistema prisional no estado do Rio de Janeiro - SEAP RJ, a partir dos pressupostos estabelecidos pelo Projeto Ético Político da profissão, considerando a atuação do Estado na implementação das políticas sociais.

O projeto ético-político profissional é uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética que está intimamente vinculada a determinados projetos societários presentes na sociedade, que se relacionam com os diversos projetos coletivos (profissionais ou não) em disputa na mesma sociedade. (BRAZ, 2006)

Projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político, sendo modelos macroscópicos de sociedades a serem construídas baseadas em um conjunto de valores que adotam meios materiais e culturais para

concretizá-los. Um projeto societário, como qualquer outro projeto coletivo, envolve disputas políticas de poder, que historicamente favorecem a classe social dominante. Estes, por serem construídos por sujeitos históricos, também se transformam e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas.

No contexto da ditadura no Brasil, predominou um projeto societário que impedia a liberdade e o direito de se expressar da população por meios repressivos e coercitivos. É só com a conquista da democracia política que trouxe a liberdade de poder manifestar o pensamento e o direito de votar e ser votado, que se tornou viável o surgimento de diferentes projetos societários defendidos por outros membros da sociedade.

Portanto, a derrota do Estado autocrático de direito constituiu a primeira condição – a condição política - para a construção do novo projeto profissional do serviço social; de forma que, a luta no interior do corpo da profissão por projetos societários contra-hegemônico, representa o fruto da nova democracia no país.

O projeto ético-político profissional é resultado de uma construção sócio-histórica e emerge do acúmulo de reflexões do processo de reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil (entre 1960 e 1970). Ele resulta também das lutas sociais pela redemocratização do país (entre 1980 e 1990), da organização política da categoria profissional, através das ações das suas entidades representativas e da incorporação de vertentes críticas inspiradas na tradição marxista, compatíveis com a ruptura do conservadorismo profissional (NETTO, 1999).

No Brasil, o movimento da intenção de ruptura representou o momento em que os profissionais começaram a entender a profissão, dentro das relações sociais nas quais estavam inseridos e começaram a reconhecer o seu papel diante das contradições de poder da sociedade; momento em que coincidiu com o desmonte da ditadura e com ampla mobilização da classe trabalhadora por demandas democráticas, na qual a própria profissão começa a se reconhecer como parte das classes trabalhadoras.

Este movimento teve início no começo dos anos setenta, na Universidade Católica de Minas Gerais, marcando a primeira aproximação da categoria profissional com releituras de Marx. No entanto, até esta década, a nova perspectiva não tinha o suporte necessário para sair do âmbito da universidade, por ser formulada em um contexto social de repressão que se consolidava pela cultura e ideologia implantada pela ditadura.

De fato, confrontava-se com os interesses da autocracia burguesa, negando a legitimidade dos seus aparatos teórico-culturais. Esta perspectiva depende mais que outras tendências operantes no Serviço Social da liberdade democrática para avançar no seu projeto;

por isso, só pôde amadurecer no cenário político dos anos oitenta, com a crise da autocracia burguesa e a reinserção da classe trabalhadora no cenário social, com os movimentos sociais na luta pela democracia.

O projeto de ruptura se coloca como um grande trabalho teórico-metodológico, tratava-se tanto do aprofundamento da crítica ao tradicionalismo quanto da construção de novas formas e modos para responder à proposta de intervenção com um novo embasamento teórico-metodológico. Uma tarefa difícil na medida em que deveria se contrapor às ideias da classe dominante.

As bases sociopolíticas da perspectiva de intenção de ruptura estavam contidas na democratização e no movimento das classes exploradas, junto às mobilizações antiditatorial (com um forte caráter anticapitalista) composta por setores das camadas médias urbanas. As modificações sofridas pela sociedade brasileira durante o ciclo autocrático, definem melhor as contradições sociais e econômicas entre as classes sociais. E as efetivas condições de trabalho e existência dessas camadas passam a impulsionar pela primeira vez uma elaboração teórica junto a possibilidade de trabalhar crítica e analiticamente.

O movimento de intenção de ruptura esteve expressamente ligado ao eixo teórico-metodológico, tendo como base o referencial marxista. O enriquecimento do debate profissional pela aproximação da teoria social de Marx repercutiu produtivamente no Serviço Social no Brasil quanto as questões referentes à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade; trazendo para o cotidiano da profissão preocupações de natureza política (com ênfase no Estado), indagações sobre o papel e as funções ideológicas, etc. O enriquecimento do debate profissional proporcionou o esclarecimento cuidadoso da inserção da profissão na divisão sócio técnica do trabalho e da compreensão histórica da sua funcionalidade no espaço de mediações entre classes e Estado. Este marco representa novos limites de intervenção e um novo posicionamento profissional diante das políticas públicas.

O novo projeto de profissão construído pelos assistentes sociais é reflexo das lutas da sociedade, a qual eles faziam parte e se objetivavam socialmente como classe trabalhadora, pela democracia e por melhores condições de vida. Ou seja, um projeto é resultado da dinâmica teleológica e causalidade, cuja síntese é a objetivação que determina e é determinada pela relação objetividade (materialidade do real, ou seja, condições materiais de produção e reprodução social) e subjetividade (processo de consciência) humana e carrega em si novas necessidades, limites e possibilidades (NETTO, 1999).

O projeto ético-político profissional na luta contra a superação do conservadorismo vem como um projeto contra-hegemônico baseado na defesa do proletariado; tendo como núcleo o

reconhecimento da liberdade como valor central, com possibilidades de escolhas entre alternativas concretas e um compromisso com a emancipação do indivíduo. Este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social. Entretanto, isto não significa que este projeto se constitua hegemonicamente sem conflitos de ordem interna. Todo projeto profissional é composto por indivíduos distintos que estão articulados a um projeto de sociedade, com uma direção social e política orientada por uma condição de classe. Portanto, mesmo um projeto ético-político hegemônico na categoria profissional nunca será exclusivo ou homogêneo.

A finalidade deste trabalho é problematizar os desafios da materialização do projeto ético-político na atualidade, a partir da análise do contexto histórico que possibilitou a construção deste projeto, e mudou hegemonicamente os objetivos da intervenção profissional, no âmbito das mediações entre Estado e classes sociais.

Neste sentido, o plano de estudo explicita a importância da aproximação teórica para conhecer e analisar as contradições inerentes à sociedade capitalista e, especificamente, ao contexto prisional. Além de problematizar as possibilidades e os limites para o exercício profissional dos assistentes sociais e, consequentemente, para a configuração e efetivação do projeto ético político.

Atualmente o sistema penitenciário no estado do Rio de Janeiro tem 53 unidades prisionais para o cumprimento de pena privativa de liberdade de cerca de 50.000 presos (Dados obtidos no site da SEAP RJ: <http://www.rj.gov.br/web/seap>), possuindo em seu quadro funcional apenas 62 assistentes sociais, para efetivar o atendimento aos presos e suas respectivas famílias, ou seja, numa proporção de 806,45 presos por assistente social.

É neste cenário onde as expressões da questão social se tornam mais agudizantes que as políticas sociais devem ser acessadas em todos os âmbitos (não só na perspectiva de atendimento aos presos, mas as suas respectivas famílias).

Objetivo Geral

Analisar os limites e as possibilidades do trabalho do assistente social na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária no Estado do Rio de Janeiro, na perspectiva de consolidação do projeto ético político no cotidiano do exercício profissional.

Objetivos Específicos

- Estudar a trajetória histórica do Serviço Social no sistema penitenciário do Rio de Janeiro;
- Identificar os limites e possibilidades do trabalho do Assistente Social na SEAP, na perspectiva de consolidação do projeto ético político da profissão;
- Verificar as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-político no exercício profissional.

2. Principais Atividades

- Revisão de literatura.
- Elaboração do roteiro de entrevistas semi estruturada.
- Realização das entrevistas com as assistentes sociais da SEAP RJ.
- Seleção e análise de documentação da SEAP RJ, referente ao trabalho do assistente social nas unidades prisionais e na Coordenação de Serviço Social.
- Participação em grupo de estudo e pesquisa
- Análise dos dados (entrevistas e documentações da SEAP RJ)
- Elaboração de relatório da pesquisa

3. Metodologia

A pesquisa social proposta é de natureza qualitativa, à medida que analisando os limites e possibilidades do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social dentro do Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro - SEAP RJ, estaremos articulando os aspectos qualitativos e quantitativos na busca de uma totalidade e complementaridade. Ou seja, a pesquisa apresentará a frequência e regularidade dos fenômenos sociais, destacando as percepções e representações elaboradas pelos diversos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa possui como universo de estudo as assistentes sociais que trabalham na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), que totalizam atualmente cerca de 62 assistentes sociais, que estão vinculadas à Coordenação de Serviço Social. No sentido de garantir a viabilidade do processo de coleta de dados e ainda de priorizar os aspectos qualitativos da pesquisa, decidimos realizar uma amostragem não probabilística, por

acessibilidade. Ou seja, o trabalho terá como amostragem o público alvo de 20 assistentes sociais, que tenham interesse e disponibilidade em participar da pesquisa.

Utilizaremos como técnicas de coleta de dados a entrevista semi estruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, dando ao entrevistado a oportunidade de discorrer sobre o tema em questão. E a análise de documentação obtida na Coordenação de Serviço Social.

A análise dos dados coletados será realizada com base na técnica de análise de conteúdo, cujo objetivo é compreender criticamente o sentido das comunicações (oral, escrita e visual), seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou implícitas.

A análise de conteúdo possui como etapas metodológicas à pré-análise, que consiste no levantamento e organização do material, além da identificação dos indicadores ou eixo de análise, que subsidiarão as reflexões interpretativas da mensagem; o estudo exploratório do material levantado; e a análise e interpretação dos dados, que consiste na identificação da significância do material resultante da análise, por meio de regras anteriormente definidas na pré-análise. É nessa etapa que se efetiva o tratamento qualitativo dos dados, buscando identificar e analisar dimensões analíticas, construtos e variáveis associados aos eixos de análise. A presente pesquisa possui os seguintes eixos de análise: a trajetória histórica do Serviço Social no sistema penitenciário do Rio de Janeiro; os limites e possibilidades do trabalho do Assistente Social na SEAP; e as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-político no exercício profissional do assistente social.

4. Cronograma agosto de 2017 a julho de 2018

[illegible]

5. Resultados Esperados

- Conclusão da subpesquisa e divulgação dos resultados da mesma em diversos eventos científicos.
- Configurar base teórica e metodológica para o trabalho de conclusão da discente e bolsista de iniciação científica.
- Elaboração de artigos científicos e apresentação em eventos científicos diversos.
- Realização de seminários e palestras com as assistentes sociais da SEAP RJ, para devolução dos dados da pesquisa.

6. Referências

BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).

BRAZ, M. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. Coletânea de Leis e Resolução. CRESS 7ª região – RJ, 2006.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social** (módulo 1). Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social - Uma análise do Serviço Social no Brasil Pós 64.** São Paulo. Cortez, 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.
Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seap> , acesso em 12 de janeiro de 2017.